

ESTUDANTES E O DOPING INTELECTUAL: VALE TUDO NA BUSCA DO SUCESSO NO VESTIBULAR?

Emilia Suitberta de Oliveira Trigueiro ¹ ; Maria Isabel da Silva Leme ²

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que buscou caracterizar a percepção de estudantes do 3º ano do ensino médio de escolas públicas, privadas e profissionalizantes e de cursinhos públicos e privados sobre o uso de medicamentos para aprimoramento cognitivo. A pesquisa contou com 534 estudantes das cidades de Juazeiro do Norte (CE), Fortaleza (CE) e São Paulo (SP), e utilizou um questionário voltado à percepção desses estudantes sobre o uso de medicamentos que prometiam melhorar o aproveitamento nos estudos, se já tinham ouvido falar deles, se conheciam usuários e se fariam uso deles. A maioria considerou positivo o uso desses medicamentos, mostrou curiosidade em relação à substância e afirmou que faria uso, caso tivesse acesso, para garantir energia e concentração nas atividades. Os resultados deste estudo ressaltam a importância de se compreender a percepção dos jovens sobre este tema para que se possa orientar futuras intervenções.

Palavras-chave: Ensino médio; medicalização; doping intelectual.

Students and intellectual doping: is anything going in search of entrance exam success?

ABSTRACT

This paper presents the results of a research that aimed to characterize the perception of third year high school students from public, private and vocational schools and from public and private courses about the use of drugs for cognitive enhancement. The research involved 534 students from the cities of Juazeiro do Norte (CE), Fortaleza (CE) and São Paulo (SP). It used a questionnaire aimed at the perception of these students about the use of medicines that promised to improve their use in the studies, if they had heard of them, if they knew users and if they would make use of them. Most considered positive the use of these drugs, showed curiosity about the substance and stated that they would use, if they had access, to ensure energy and concentration in activities. The results of this study underscore the importance of understanding the perception of young people about this topic in order to guide future interventions.

Keywords: High school; medicalization; intellectual doping.

Estudiantes y el doping intelectual: ¿todo vale en la búsqueda del éxito en la prueba de selectividad?

RESUMEN

En este artículo se presenta los resultados de una investigación que buscó caracterizar la percepción de estudiantes del 3º curso de la enseñanza secundaria de escuelas públicas, privadas y de formación profesional y de cursillos públicos y privados sobre el uso de medicamentos para perfeccionamiento cognitivo. La investigación contó con 534 estudiantes de las ciudades de Juazeiro do Norte (CE), Fortaleza (CE) y São Paulo (SP), y se utilizó un cuestionario volcado a la percepción de esos estudiantes sobre el uso de medicamentos que prometían mejorar el aprovechamiento en los estudios, si ya habían oído hablar de ellos, si conocían usuarios y si harían uso de ellos. La mayor parte consideró positivo el uso de esos medicamentos, demostró curiosidad en relación a la substancia y afirmó que haría uso, caso tuvieran acceso, para garantizar energía y concentración en las actividades. Los resultados de este estudio resaltan la importancia de comprenderse la percepción de los jóvenes sobre este tema para que se pueda orientar futuras intervenciones.

Palabras clave: Enseñanza secundaria; medicalización; doping intelectual.

¹ Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – Juazeiro do Norte – CE – Brasil; emiliatrigueiro@hotmail.com

² Universidade de São Paulo – São Paulo – SP – Brasil; belleme@usp.br



INTRODUÇÃO

O uso de medicamentos por pessoas saudáveis para melhorar o funcionamento do cérebro e aprimorar o desempenho cognitivo pode ser chamado de aprimoramento cognitivo farmacológico ou doping intelectual, prática que é coerente com a perspectiva da medicalização social. Dá-se o nome de medicalização ao processo por meio do qual são deslocados para o campo médico problemas que fazem parte do cotidiano dos indivíduos e cuja origem seria social e política (Moysés & Collares, 2013). A medicalização seria capaz de transformar sensações físicas ou psicológicas normais (como insônia e tristeza) em sintomas de doenças (como distúrbio do sono e depressão). Segundo Oliveira, Harayama e Viégas (2016) a medicalização envolve uma forma de interpretar os fenômenos da vida que desconsidera sua complexidade, reduzindo tudo a características individuais, não raro vistas como se fossem de determinação orgânica.

Dentro desse processo há outro, denominado de medicamentação, que seria o uso excessivo de medicamentos para alívio de dores cotidianas. Esses dois processos podem coexistir ou não. Há casos em que ocorre somente a medicalização, sem uso de medicamentos, e em outros casos há uso desenfreado de medicamentos sem que haja um diagnóstico médico. Os dois são preocupantes e atualmente estão muito difundidos na sociedade.

Segundo Zorzanelli, Ortega e Bezerra Junior (2014), a pertinência e a atualidade do conceito de medicalização são demonstradas pelo alcance que o tema vem adquirindo em publicações no campo das ciências humanas e sociais nas últimas décadas. De acordo com os autores data do início do Século XVII, com o nascimento da medicina moderna e da higiene, o início da intervenção médica na intimidade das pessoas. Isso fez com que esses profissionais se tornassem os especialistas a quem todos deveriam recorrer em busca de soluções para seus males cotidianos. Nesse sentido, a medicalização envolveria o deslocamento de comportamentos outrora não pertinentes ao campo de intervenção médica para essa jurisdição. Ou seja, aquilo que não necessariamente é um problema médico *ipso facto* passa a ser entendido como se fosse. No entanto, os autores alertam que o uso do termo medicalização como uma crítica ao poder médico obscurece diferentes níveis de sua ocorrência, tais como a prescrição de medicamentos para casos que não tratam necessariamente de doenças (por exemplo, para o aprimoramento cognitivo).

A discussão sobre o aprimoramento cognitivo farmacológico tem recebido atualmente grande espaço na mídia, pois se sabe que essa prática tem ganhado cada vez mais adeptos em todas as faixas etárias e classes sociais. Um dos medicamentos mais utilizados no Brasil com esse objetivo é o Cloridrato de Metilfenidato,

comercializado com o nome de Ritalina® ou Concerta®. Ele tem sido utilizado por universitários, empresários e profissionais da saúde com a finalidade de aumentar a capacidade produtiva para cumprir prazos e metas. É utilizado no tratamento da narcolepsia e do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), e pode ter como efeito imediato o aumento da concentração, mas em longo prazo pode causar supressão do crescimento, aumento da pressão sanguínea, episódios psicóticos, entre outros sintomas (ANVISA, 2012). Também é preciso cuidado com o uso dessas drogas, pois elas não foram avaliadas suficientemente para serem usadas com esse objetivo, além das implicações éticas e sociais sobre seu uso (Machado & Toma, 2016; Urban & Gao, 2013; Farah, 2002).

Este tema é polêmico e suscita muitos debates. Os defensores da prática, como Greely et al. (2008), argumentam que o cloridrato de metilfenidato é uma droga segura, com poucos efeitos colaterais, e que a utilização para aperfeiçoamento cognitivo é um objetivo louvável e uma escolha pessoal. Para isso, seria necessária apenas uma política de saúde formada por uma variada fonte de recursos científicos, profissionais, sociais e educacionais, somada à legislação. Em oposição, outros pesquisadores como, por exemplo, Farah e Wolpe (2004), alegam que seria antiético melhorar deliberadamente a concentração e memória de um indivíduo, além de questionarem as vantagens do metilfenidato, uma vez que estas são mínimas, e os riscos do uso a longo prazo não são conhecidos.

Segundo Itaborahy (2009), o debate sobre o uso de medicamentos para fins de aprimoramento não está desconectado da atual prática de prescrição médica, nem dos mecanismos da indústria farmacêutica em investir em propagandas que vendem sucesso ou do investimento em pesquisas que indicam frequentemente a ampliação de critérios diagnósticos, sempre aumentando seu público em potencial e seu “uso médico”. No entanto, é preciso ter em mente que há formas de melhorar o desempenho cognitivo por outros meios, como atividades físicas, alimentação saudável, sono regular, assim como leituras e exercícios, que seriam alternativas que exigem mais esforço, mas são menos invasivas.

Atualmente o Brasil é o segundo maior consumidor de metilfenidato, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. No Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), por meio do boletim de Farmacoepidemiologia (ANVISA, 2012), analisou a prescrição e consumo de metilfenidato nos anos de 2009 a 2011, concluindo que o consumo mensal no triênio estudado aumentou 28,2% em crianças e jovens com idade entre 6 e 16 anos, e que esse consumo variou de acordo com a época do ano, sendo maior no 2º semestre e menor nos meses de férias escolares (janeiro, julho e dezembro).

O uso do metilfenidato para aprimoramento cognitivo não é regulamentado no Brasil. No entanto, existem várias formas de acesso à substância. A primeira delas seria através da prescrição médica, na qual, muitas vezes, a fim de conseguir a receita, o paciente chega a forjar os sintomas do TDAH. A segunda forma seria o compartilhamento de medicamentos prescritos para outra pessoa, o que não é difícil em virtude do atual aumento na prescrição. A terceira forma seria o compartilhamento do medicamento por outros meios, como a oferta de um amigo ou de um professor. A quarta forma seria a compra ilegal, sem receita médica, que pode ser feita facilmente em sites da *internet*.

Mesmo sendo um medicamento tão controverso, ele tem sido usado para potencializar performances escolares e laborais. Elevados níveis de produtividade em curto prazo, com baixo custo e alta qualidade, são imperativos colocados pela cultura do sucesso a qualquer custo. “A produção do ideal de ser protagonista em cenários de sucesso está articulada ao discurso de que tudo depende, exclusivamente, da força de vontade do sujeito” (Brant & Carvalho, 2012, p. 624). Para isso, pessoas reconhecidamente saudáveis estão utilizando o fármaco como *gadget*, uma mercadoria mágica, um verdadeiro acessório para a obtenção da exacerbação produtiva, como afirmam os autores.

Esse uso não terapêutico se faz, em grande parte, por universitários, empresários e profissionais da área de saúde que, em geral, têm maior conhecimento sobre a droga do que o restante da população. Esse público, que utiliza o fármaco para aprimoramento, recreação ou para emagrecimento, também tem feito uso deste de forma triturada como pó ou diluído em água para ser injetado (ANVISA, 2010).

Como essa prática tem ganhado cada vez mais adeptos e o acesso ao medicamento é facilitado, é necessário aprofundar o entendimento desse fenômeno, principalmente em relação a uma população vulnerável, como os adolescentes, particularmente aqueles que estão em uma fase decisiva de suas vidas, como é o caso da seleção para o ensino superior.

Considerando o contexto descrito, para seu desenvolvimento a pesquisa partiu do seguinte problema: “qual a percepção dos estudantes do 3º ano do ensino médio e de cursos pré-vestibulares sobre o uso de medicamentos para aprimoramento cognitivo?”. Acredita-se que conhecer a percepção dos jovens sobre o doping intelectual pode viabilizar práticas preventivas em relação ao uso, o que confere relevância à pesquisa em primeiro lugar para os jovens, em virtude da importância do tema na atualidade e do espaço que ele tem ganhado no contexto social, com grande possibilidade de acesso a medicamentos; e também para as escolas, que poderão rever suas práticas produtoras de fracasso escolar, o que pode levar alguns estudantes ao uso de medicamentos;

e finalmente, para a sociedade, pois poderá desmitificar a ideia de que os problemas cotidianos podem ser resolvidos com pílulas e que o funcionamento do cérebro humano sempre pode atingir níveis mais altos.

No intento de investigar essa questão, o objetivo desta pesquisa foi caracterizar a percepção de estudantes do 3º ano do ensino médio de escolas públicas, privadas e profissionalizantes e de cursinhos públicos e privados das cidades de Juazeiro do Norte (CE), Fortaleza (CE) e São Paulo (SP) sobre o uso de medicamentos para aprimoramento cognitivo. Para que o objetivo fosse atingido foi desenvolvida uma pesquisa de natureza exploratória junto a 534 estudantes, com abordagem quantitativa e qualitativa, que visou identificar e descrever as variáveis envolvidas na adesão a substâncias para melhorar o desempenho cognitivo.

A escolha das cidades se deu com o intuito de se ter um panorama diversificado da realidade brasileira, estudando cidades com diferentes características socioeconômicas e políticas. A escolha por instituições de naturezas administrativas distintas também se deu com o intuito de incluir jovens com percursos e situações socioeconômicas diferentes, a fim de reunir múltiplas realidades. Os resultados foram analisados e comparados segundo a cidade e o tipo de instituição frequentada pelo participante.

MÉTODO

A coleta de dados utilizou-se de um instrumento composto das seguintes questões:

- Características demográficas (sexo, idade);
- O que você acha do uso de medicamentos para melhorar o aproveitamento nos estudos? (Questão aberta);
- Você já ouviu falar em um tipo de medicamento que poderia melhorar o aproveitamento nos estudos? () sim () não;
- Você conhece alguém que usa ou que já usou algum medicamento deste tipo? () sim () não;
- Se houvesse um medicamento que pudesse melhorar o aproveitamento nos estudos você usaria? () sim () não.

Definidas as instituições que participariam do estudo, foi feito o primeiro contato com cada uma delas e, posteriormente, com os pais dos estudantes. Fizeram parte do estudo os indivíduos presentes em sala de aula no dia da aplicação do questionário, que concordaram em participar e que trouxeram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelos pais, no caso daqueles menores de idade. Os estudantes maiores de idade assinaram eles mesmos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As instituições foram definidas por conveniência das pesquisadoras.

Em todas as instituições, a aplicação do instrumen-

to foi realizada em sala por uma das pesquisadoras e durante o horário de aula disponibilizado pelo estabelecimento. Foi solicitado aos professores que não permanecessem em sala para não constrangerem os estudantes. No primeiro momento, a pesquisadora se apresentou e convidou os estudantes a participarem do estudo, respondendo ao questionário. Os estudantes eram assegurados de que sua participação na pesquisa deveria ser voluntária, e que, além da garantia do anonimato, nenhuma pessoa da escola teria acesso às informações prestadas.

Em seguida foram fornecidas instruções de como responder à escala, pedindo-se que as respostas fossem dadas individualmente e que não deixassem nenhum item em branco. O tempo médio para responder ao instrumento foi de aproximadamente 10 minutos. Um segundo momento incluiu o esclarecimento de dúvidas a respeito do tema e a disseminação de informações importantes sobre os riscos do consumo desses medicamentos, com a distribuição de um *folder* elaborado pelas autoras.

Participaram do estudo 534 estudantes, sendo 205 homens (38,9%), 323 mulheres (61,1%), e seis não se identificaram. A idade variou entre 14 e 67 anos, com predominância entre 16 e 19 anos, e a idade média foi de 18,43 anos.¹

Em virtude da natureza dos dados, o tratamento analítico para verificar a existência de associação entre a percepção sobre os medicamentos e as características dos estudantes foi realizado com o teste não paramétrico Qui-quadrado, adotando-se um nível de significância de 5% para o intervalo de confiança de 95%.

RESULTADOS

A percepção dos estudantes sobre o uso de medicamentos para melhorar o aproveitamento nos estudos foi verificada por meio de uma questão aberta, visando coletar concepções espontâneas sobre o tema. As respostas a essa pergunta foram agrupadas em quatro categorias, a saber: percepções positivas, percepções negativas, percepções críticas e respostas indiferentes ou ausência de resposta. A definição dessas categorias foi realizada de acordo com as orientações da Análise de conteúdo recomendada por Bardin (2011).

Mais da metade das respostas (55,2%) qualificou o uso de medicamentos para aprimoramento cognitivo como algo positivo e que poderia ser usado por quem tem dificuldades para estudar, por quem trabalha e por quem tem que ser aprovado no vestibular. Esses estudantes afirmaram que os medicamentos poderiam tirar o sono e aumentar a concentração e por isso ajudariam a superar as dificuldades. Eles mantêm a crença de que o

¹ O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo sob o CAAE 42211115.8.0000.5561.

medicamento facilitaria os estudos, e assim melhoraria o desempenho escolar. Na resposta de alguns estudantes essa percepção positiva pode ser observada:

Acho bacana, principalmente no ingresso à faculdade já que a carga de estudo é muito maior, eu tomaria e acho interessante já que a educação pública melhorou mas ainda não é o suficiente para a realidade que vivemos. (Masculino, 20) (Cursinho público, Juazeiro do Norte).

Adoraria, pois hoje me esforço bastante nos meus estudos levando uma vida 'dupla' entre o trabalho e os estudos, seria maravilhoso algo que pudesse me ajudar. (Feminino, 19) (Cursinho privado, Fortaleza).

Seria uma boa poder usar medicamentos para poder estudar melhor assim como atletas usam substâncias para treinar o físico. (Masculino, 20) (Cursinho privado, Fortaleza).

O uso de medicamentos que melhorem o aproveitamento nos estudos me seria muito útil, pois como pretendo ingressar em uma faculdade e isso me exigiria um bom desempenho. Acho que o uso de qualquer produto que facilite a absorção de informações é bem vindo, principalmente com estudantes de ensino médio. (Feminino, 17) (Escola profissional, Fortaleza).

Por outro lado, quase um quarto (23,6%) dos estudantes associou o uso a algo negativo ou desnecessário, e que a dedicação do estudante aos estudos seria mais eficaz. Também foi apontada a importância do apoio da família e da escola, como pode ser observado nas respostas a seguir:

Não acho necessário, o estudo é algo de 'força de vontade', quem realmente se empenhar não vai precisar de medicamentos. (Feminino, 17) (Cursinho público, São Paulo).

Acredito que não seja necessário o uso de tais medicamentos. A escola deve ser mais presente. É preciso uma boa interação para com os alunos, dando, assim, maior incentivo aos alunos. (Masculino, 16) (Escola pública, Fortaleza).

Devido tantos medicamentos usados hoje em dia, o aumento de químicos usados nesses tipos de medicamentos, o aumento das doenças cardiovasculares e cânceres que só aumentam então não acho legal. (Masculino, 19) (Escola pública, Juazeiro do Norte).

Acredito que medicamentos não seriam eficazes; melhor seria uma distribuição da carga horária de

estudos; incentivo aos alunos viverem de forma mais saudável (melhorar a alimentação e dormir melhor) etc. (Masculino, 18) (Escola profissional, Fortaleza).

Vale observar que 3,6% dos estudantes condenaram o uso desenfreado de medicamentos, embasados em uma percepção crítica. Esta categoria foi criada para incluir as respostas dos estudantes que, além de manifestarem uma percepção negativa sobre o uso de aprimoradores cognitivos farmacológicos, incluíram em suas respostas reflexões sobre a medicalização social e educacional.

Acho que o uso de medicamentos para melhorar o aproveitamento do estudo é um erro, pois medicamentos são para doenças, medicamentos mexem com o corpo e a mente e até os dias de hoje a maioria dos alunos não precisam de medicamentos a não ser que precisem mesmo. Não somos máquina, somos seres humanos. (Feminino, 17) (Escola pública, São Paulo).

Acredito que o uso de medicamentos, de qualquer tipo, só deveria ser utilizado quando necessário. Há uma cultura de automedicação, principalmente entre vestibulandos, que no lugar de trazer benefícios, gera prejuízos a sua saúde a longo prazo. (Feminino, 21) (Curso privado, Juazeiro do Norte).

Por fim, 17,6% dos estudantes deixaram em branco a questão ou as respostas foram classificadas como indiferentes, como a resposta abaixo:

Acho que pode ser benéfico e, também, prejudicial, pois pode melhorar o meu aproveitamento nos estudos no início, porventura, posso, no decorrer do tempo, tornar-me uma dependente destes medicamentos, pois, mesmo sendo para uma boa causa, são drogas como qualquer outra. Portanto, a minha postura diante desta questão é dúbia e instável. (Feminino, 17) (Escola privada, Fortaleza).

Analisando os dados por cidade, verificou-se que os estudantes de São Paulo foram os que mais apontaram uma percepção negativa (27,9%), enquanto os de Fortaleza foram os que mais relataram uma percepção positiva (56,1%), neutra (18,9%) e crítica (5,0%). Quanto ao tipo de instituição, verificou-se que os estudantes de escola privada foram os que mais apontaram uma percepção positiva (68,7%), seguidos pelos estudantes de curso privado (57,6%). Os estudantes de curso público foram os que mais relataram percepção negativa (28,8%), os de curso profissionalizante assinalaram mais uma percepção neutra (23,3%), e os de escola pública manifestaram mais uma percepção crítica (5,1%).

Quando questionados se já tinham ouvido falar

dos medicamentos em foco, a grande maioria (70,6%) afirmou que não, e uma proporção maior ainda (87,1%) afirmou que não conhecia qualquer usuário deste tipo de medicamento. No entanto, mais da metade (65,3%) informou que usaria.

Os estudantes que mais tinham ouvido falar dos medicamentos foram os da cidade de São Paulo (37,7%), de escolas privadas (38,8%), e de cursos privados (36,4%). Por outro lado, os que menos tinham ouvido falar foram os estudantes de Fortaleza (23,9%) e de escolas públicas (22,4%). Os que mais conheciam alguém que usava foram também os estudantes da cidade de São Paulo (21,3%), de cursos privados (19,5%) e de escolas privadas (16,4%). Os estudantes que revelaram menor conhecimento foram também os de Fortaleza (10,4%) e igualmente, os da escola pública (8,2%). Por fim, os que mais afirmaram que usariam um medicamento deste tipo foram os estudantes de Fortaleza (67,9%), e os de cursos privados (69,5%). Os que menos usariam foram os de São Paulo (57,4%) e os de escola pública (59,8%).

A partir da análise estatística foi verificada associação entre ser do sexo feminino e conhecer algum usuário desse tipo de medicamentos ($\chi^2(4) = 4,259$, $p=0,039$), mas não foi verificada diferença entre ser do sexo masculino ou feminino e usá-los. Foi verificada associação entre ser aluno de escolas privadas ou de cursos privados e já ter ouvido falar dos medicamentos ($\chi^2(1) = 8,504$, $p=0,004$), e ser aluno de instituição pública e não ter ouvido falar deles ($\chi^2(4) = 9,279$, $p=0,054$). Houve uma tendência à associação entre frequentar instituições privadas e conhecer algum usuário ($\chi^2(4) = 7,492$, $p=0,006$). Encontrou-se também tendência à associação entre ser da cidade de São Paulo e conhecer alguém que usa o medicamento ($\chi^2(2) = 5,648$, $p=0,059$). Por outro lado, foi encontrada associação entre ser da cidade de Fortaleza e não ter ouvido falar desse tipo de medicamento ($\chi^2(2) = 8,692$, $p=0,013$).

Como esperado, os estudantes que tiveram uma percepção positiva foram os que mais afirmaram que usariam (88%), e os que tiveram uma percepção negativa os que mais afirmaram que não usariam (80,2%). No entanto, foi observada incoerência nas respostas de alguns estudantes que afirmaram considerar que os medicamentos são ruins, mas que ainda assim usariam (19,8%).

DISCUSSÃO

Como citado anteriormente, o aprimoramento cognitivo farmacológico refere-se ao uso de medicamentos para manipular e melhorar as funções cerebrais e está dentro da lógica da medicalização. Segundo Lemos (2014), a medicalização não se restringe à patologização, pois também pode operar sobre a gestão preventiva

da saúde, em nome do aumento da longevidade, do governo da saúde, da produção acelerada e ampliada nos estudos e no trabalho, de melhora das *performances* sexuais e físicas, de estimulação cognitiva com promessas de maior concentração em provas e concursos, etc.

A autora ainda afirma que

A intensidade cada vez maior de encomendas de competição no trabalho e de exigências altíssimas de desempenho por metas, somada ao esgarçamento da solidariedade e à fragmentação dos laços sociais, cria espaço para a ampliação da medicalização dos corpos. Situações que possam diminuir as capacidades e/ou torná-las mais lentas ou excessivamente rápidas, a ponto de prejudicar as *performances*, e qualquer movimento de resistência à lógica consumista e de mercado de cada ato cotidiano são rapidamente medicalizadas... Vivemos em uma sociedade que não aceita o sofrimento, o choro, a tristeza, a crítica, a fala subversiva, a dissidência, e que reitera uma ilusão de felicidade, de alto desempenho e de saúde como salvação idealizada... (p. 492).

Um dos medicamentos mais utilizados no Brasil com a finalidade de aprimoramento cognitivo é o cloridrato de metilfenidato, e seu uso não terapêutico, ou *off label*, é comum entre universitários, empresários e profissionais da área de saúde, por exemplo. Como essa prática tem ganhado adeptos no meio universitário, levanta-se a hipótese de que entre estudantes do ensino médio ela também já esteja se difundindo. Nesse sentido, considerando que uma percepção positiva sobre os medicamentos aprimoradores cognitivos pode levar a seu uso posterior, mostrou-se necessário analisar a percepção de jovens estudantes sobre o tema.

Os resultados desta pesquisa apresentam que o contingente de estudantes predispostos a usar medicamentos foi alto (65,3%). É preocupante a contradição evidenciada nesses dados, pois, nas informações prestadas pelos estudantes, quase três quartos da amostra (70,6%) informaram nunca ter ouvido falar nesse tipo de medicamento, assim como a grande maioria (87,1%) assinalou não conhecer usuários, mas mais da metade (55,2%) avaliou positivamente o uso e um contingente maior ainda (65,3%) afirmou que usaria.

Esses dados indicam que uma percepção positiva sobre os medicamentos pode ser considerada como uma tendência à automedicação, visto que medicamentos para aprimoramento cognitivo não são regulamentados no Brasil, e os estudantes os obteriam por outros meios que não a prescrição médica.

No Brasil, os índices de automedicação são altos. Uma pesquisa do Instituto de Ciência, Tecnologia e Qualidade Industrial (2014) mostrou que a automedicação

faz parte da rotina de 76,4% dos brasileiros, e entre os jovens de 16 a 24 anos chega a 90,1%. Cinco em cada dez carregam comprimidos para tomar quando surge algum incômodo e 16,5% usam analgésico toda semana. A pesquisa também apontou que quanto maior a escolaridade, maior o consumo por iniciativa própria, pois 50,9% dos entrevistados que completaram o ensino fundamental compram medicamentos sem receita, enquanto 76,3% dos que têm ensino médio e 84,8% dos que têm ensino superior adotam a mesma prática.

Em relação ao consumo de medicamentos entre o público pré-universitário, a pesquisa de Cassimiro (2012) mostrou que 21% dos estudantes dos dois cursos pré-vestibulares de Belo Horizonte (MG) pesquisados faziam uso de psicofármacos. As drogas antidepressivas foram as de maior incidência, mas 15% dos jovens afirmaram que usam drogas para TDAH, como o cloridrato de metilfenidato. Não houve diferença estatisticamente significativa entre as prevalências do uso de psicofármacos entre os candidatos de diferentes áreas de escolha para o vestibular, mas separando por área de interesse, verificou-se que a maioria dos usuários desejava ingressar em medicina, que é um curso bastante concorrido.

No caso do público universitário, as drogas para aprimoramento cognitivo são mais populares, com o uso podendo chegar a 60% entre os estudantes pesquisados (Mota & Pessanha, 2014). Cesar et al. (2012), em pesquisa com universitários de instituições públicas e privadas das 27 capitais brasileiras, encontraram uma maior prevalência de usuários do metilfenidato nos primeiros anos de graduação, nos cursos da área de humanas e de instituições privadas.

Várias pesquisas confirmam uma crença favorável ao uso de aprimoradores cognitivos farmacológicos para a realização de atividades cotidianas. A literatura apontou que as pessoas que faziam uso do aprimoramento cognitivo farmacológico justificaram esse uso pelo grande número de atividades acadêmicas, para diminuir a fadiga e preservar o estado de vigília (Urrego et al., 2008; Barón et al., 2011), mas houve também os que informaram que usavam para se sentirem bem e terem prazer na atividade que estavam desempenhando (Vrecko, 2013).

Esses dados são preocupantes, primeiro, pela escassez de estudos longitudinais em médio e longo prazo que analisem os prejuízos associados ao uso indiscriminado da substância, e segundo porque, como Cesar e colaboradores (2012) apontaram, foi verificada maior prevalência entre os usuários de metilfenidato e o risco no mínimo moderado para o desenvolvimento de dependência ao álcool, anfetaminas, e pelo menos uma droga ilícita. Pessoas que fizeram uso prévio de benzodiazepínicos, álcool ou anfetaminas também têm maiores chances de se tornarem usuários de metilfenidato.

Na presente pesquisa, os estudantes também sina-

lizaram que se sentem pressionados pelos pais e pela escola para obterem um bom resultado no vestibular, e essa pressão também pode levá-los ao consumo de medicamentos. O depoimento a seguir é ilustrativo dessa situação:

Algo muito positivo. O mundo capitalista induz a competitividade. Além de melhorar o aproveitamento para quem estuda apenas, proporciona chances às pessoas que além de estudar trabalham. (Masculino, 18) (Cursinho privado, Juazeiro do Norte)

Uma percepção positiva acerca do aprimoramento cognitivo farmacológico pode condizer com uma crença cultural do sucesso a qualquer custo, na qual elevados níveis de produtividade em curto prazo, com baixo investimento e alta qualidade, são imprescindíveis. Essa crença leva os estudantes a pensarem que a aprovação no vestibular depende apenas do esforço individual, pois o “normal” é ter sempre um bom rendimento e no final do ensino médio ser aprovado no vestibular. Quando isso não acontece é porque há algum problema no cérebro desse estudante, e assim como as causas do insucesso estariam nele, a “cura” para esse insucesso também estaria. Dessa forma, seria necessária apenas a administração do medicamento correto para ele voltar a funcionar adequadamente, pois o que não está funcionando precisa ser corrigido, e o que está bom sempre pode melhorar.

Quando os estudantes foram questionados a respeito do conhecimento e disposição em usar os aprimoradores cognitivos, verificou-se que as respostas foram semelhantes nas três cidades pesquisadas (São Paulo, Fortaleza e Juazeiro do Norte). Os percentuais de estudantes que conhecem alguém que usa, ou que já ouviram falar dos medicamentos também foram semelhantes, mas os dados evidenciaram a ausência de informação sobre esse tipo de medicamento, visto que, por exemplo, os estudantes de Fortaleza foram os que tinham menos informações, mas foram os que mais manifestaram uma percepção positiva e maior disposição de usar o medicamento. Em contrapartida, os estudantes de São Paulo foram os que mais informaram ter ouvido falar, que mais conheciam usuários, mas foram também os que menos usariam e que manifestaram uma percepção mais negativa.

Em geral, o consumo de substâncias psicoativas é maior nas grandes cidades e nos centros mais desenvolvidos. O levantamento realizado pelo Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade (2015), a partir dos dados de prescrição de psicofármacos em unidades particulares registradas pelo Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) apontou maior consumo de metilfenidato nos estados

do Sul, seguido pelo Centro-oeste e Sudeste, e menor consumo no Nordeste e Norte. O levantamento mostrou maior consumo no segundo semestre do ano letivo, o que também pode estar relacionado à proximidade do vestibular, e não só à finalização das atividades acadêmicas.

Buscando verificar a existência de relação entre a percepção sobre o uso dos medicamentos e o sexo, foi realizada uma análise estatística que não verificou diferença entre a percepção dos homens e das mulheres. No entanto, foi verificada associação entre ser do sexo feminino e conhecer alguém que usa os medicamentos, apesar de não ser verificada diferença entre ser do sexo masculino ou feminino e usá-los. As pesquisas que associam o uso de medicamentos para aprimoramento cognitivo e o sexo não são conclusivas, pois umas apontam prevalência do sexo masculino e outras do sexo feminino. Por exemplo, o consumo de metilfenidato foi maior entre os homens na pesquisa de Cesar et al. (2012) e maior entre as mulheres na pesquisa de Carvalho (2016); e não houve diferença entre os sexos na conduzida por Carneiro et al. (2013). Mas um fato preocupante foi apontado pelo estudo de Graça (2013), que destacou o uso de medicamentos por estudantes do sexo feminino com a finalidade de perda de peso.

Em relação à idade, nesta pesquisa foi verificado que os estudantes com menos de 18 anos foram os que mais tiveram uma percepção positiva, encontrando-se uma tendência à associação entre as duas variáveis. Entretanto, a literatura também não é consensual a esse respeito. A pesquisa de Cassimiro (2012) apontou maior consumo de psicofármacos em estudantes maiores de 21 anos, o que ele associou ao aumento das pressões e cobranças. Por outro lado, Carvalho (2016) encontrou maior adesão a substâncias entre os estudantes mais jovens, o que o levou a presumir que conhecimentos adquiridos no decorrer da vida podem influenciar no consumo dessas substâncias.

Nesse mesmo contexto, Tsuda e Christoff (2015) alertam que alguns estudantes podem fazer uso dessas substâncias pela curiosidade sobre elas e sua efetividade sobre as atividades físicas e mentais. Isso se constata no depoimento de estudantes desta pesquisa, que afirmaram não conhecer esses medicamentos, mas que poderiam usá-los, como evidenciado abaixo:

Ainda não ouvi falar sobre tais medicamentos, no entanto, se os mesmos não causarem NENHUM tipo efeito colateral, nem sequelas e, que, tivessem apenas pontos positivos, não vejo problema em um medicamento que estimule os estudos. Além disso que fosse algo voluntário. (Feminino, 17) (Escola pública, Fortaleza).

A partir de todas essas informações, pode-se concluir que o uso não prescrito do metilfenidato é uma

realidade em nosso país e não pode ser ignorado. Salienta-se a necessidade de identificar os comportamentos de risco associados a esse uso. Nessa pesquisa foram identificadas as seguintes características no estudante que afirma que usaria os medicamentos: embora possa ser homem ou mulher, maior ou menor de 18 anos, e morador de qualquer uma das três cidades, é mais provável que seja estudante de cursinho privado ou de escola privada, que já tenha ouvido falar do medicamento, que conheça alguém que usa e considere o medicamento como algo positivo.

Por isso, considerando o alto potencial de abuso e dependência do metilfenidato, torna-se urgente a realização de discussões que abordem a atual problemática do consumo indevido, alertando a população acerca do mau uso e dos efeitos adversos já descritos - além dos ainda desconhecidos. Como observado, o uso de metilfenidato para aprimoramento cognitivo é disseminado, visto que os estudos aqui citados mostraram dados de diversas localidades.

Nesse sentido Oliveira, Harayama e Viégas (2016) apontam que as escolas muitas vezes discutem o uso de drogas, mas essencialmente aquelas utilizadas para fins recreativos, como o álcool, cigarro e drogas ilícitas, mas convivem com a prescrição de psicofármacos para educandos e educadores, para o aprimoramento cognitivo ou para tratamento de queixas escolares. Os dados encontrados na presente pesquisa também apontaram para a necessidade de melhor investigar a alta prevalência de uso, a fim de propor medidas preventivas e/ou de oferecer apoio para os estudantes, com vistas a proporcionar uma melhor formação profissional sem riscos para a saúde. Assim, os autores acima ainda defendem que o uso de psicofármacos deve compor o debate sobre drogas na escola, não na perspectiva dominante da lógica proibicionista, mas recuperando o papel formativo da escola na direção do esclarecimento crítico sobre o tema.

Considera-se que o estudo teve algumas limitações: a) os dados não são representativos do Brasil devido ao tamanho e características da amostra e por sua escolha não ter sido randomizada, mas eles são importantes para, juntamente com outros estudos, ajudarem a construir um corpo teórico capaz de subsidiar políticas de prevenção ao uso abusivo de estimulantes cognitivos; b) por ser uma pesquisa em que os próprios participantes responderam aos questionários, isso pode ter se tornado um viés - alguns podem não ter entendido algum termo ou questão, podem não ter respondido honestamente ou podem ainda ter tentado fornecer respostas socialmente aceitáveis para as questões mais sensíveis, como quanto ao uso ilegal de substâncias - que pode ter levado à subestimação dos dados. No entanto, os resultados vão ao encontro dos apresentados por outros estudos, o que indica a validade dos dados encontrados.

Por fim, vale ressaltar a importância da presente pesquisa, tendo em vista que análises relacionadas à medicalização no ensino médio não são frequentes, sendo necessária a realização de novos estudos para entender melhor o que esses jovens pensam sobre o assunto e para a realização de ações preventivas. Além disso, considera-se que conhecer a percepção desses jovens sobre a temática possibilitará discussões mais aprofundadas sobre o assunto, o que poderá contribuir para o avanço do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- Agência Nacional de Vigilância Sanitária [ANVISA] (2010). *Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados: resultados 2009*. Brasília: Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Recuperado de http://www.anvisa.gov.br/sngpc/resultados_2009.pdf
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária [ANVISA] (2012). Inibidores de apetite no Brasil: reflexões sobre seu consumo nos anos de 2009 a 2011. *Boletim de Farmacoepidemiologia do SNGPC*, 2(2), 1-14. Recuperado de http://www.anvisa.gov.br/sngpc/boletins/2012/boletim_sngpc_1_2012_modificado.pdf
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo-SP: Edições 70.
- Barón, L.; Botero-Henao, K.; Castaño-Castrillón, J. J.; Castillo-Chang, K.; Díaz-Corrales, J.; Echeverri-Urbe, J. S.; Parra, G. A.; Yepes, J. S.; Yurgaky-Jordán, H. Y. (2011). Prevalencia y factores asociados al consumo de anfetaminas, en estudiantes del programa de medicina de la universidad de Manizales (Colombia), 2010. *Revista de la Facultad de Medicina*, 59(3), 201-214. Recuperado de <https://revistas.unal.edu.co/index.php/revfacmed/article/view/26455/38960>
- Brant, L. C.; Carvalho, T. R. F. (2012). Methylphenidate: medication as a "gadget" of contemporary life. *Interface - comunicação saúde educação*, 16(42), 623-36. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/icse/v16n42/v16n42a04.pdf>
- Carneiro, S. G.; Prado, A. S. T.; Moura, H. C.; Strapasson, J. F.; Rabelo, N. F.; Ribeiro, T. T.; Jesus, E. C. (2013). O uso não prescrito de metilfenidato entre acadêmicos de medicina. *Cadernos UniFOA*, 1(1), 53-59. Recuperado de <http://revistas.unifoa.edu.br/index.php/cadernos/article/view/87>
- Carvalho, A. H. M. (2016). *Avaliação do uso de substâncias psicoestimulantes entre universitários para melhoria do desempenho acadêmico*. Trabalho de conclusão de curso de Graduação, Curso de Farmácia, Centro Universitário Luterano de Palmas, Palmas, TO. Recuperado de <https://ulbra-to.br/bibliotecadigital/publico/home/documento/242>
- Cassimiro, E. E. (2012). Frequência do uso de psicofármacos entre jovens estudantes que cursam pré-vestibular. *Adolescência e Saúde*, 9(4), 27-36. Recuperado de http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=342#
- Cesar, E. L. R.; Wagner, G. A.; Castaldelli- Maia, J. M.; Silveira,

- C. M.; Andrade, A. G.; Oliveira, L. G. (2012). Uso prescrito de cloridrato de metilfenidato e correlatos entre estudantes universitários brasileiros. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 39(6), 183-188. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-60832012000600001>
- Farah, M. J. (2002). Emerging ethical issues in neuroscience. *Nature Neuroscience*, 5(11), 1123-1129. Recuperado de <https://www.nature.com/articles/nn1102-1123>
- Farah, M. J.; Wolpe, P. R. (2004). Monitoring and Manipulating Brain Function: New Neuroscience Technologies and Their Ethical Implications. *Hastings Center Report*, 34(3), 35-45. Recuperado de <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/15281725>
- Fórum sobre medicalização da educação e da sociedade (2015). *Nota técnica: o consumo de psicofármacos no Brasil, dados do sistema nacional de gerenciamento de produtos controlados ANVISA (2007-2014)*. Recuperado de <http://medicalizacao.org.br/nota-tecnica/>
- Graça, C. S. G. (2013). *Consumo de estimulantes cerebrais nos estudantes de Medicina da Universidade da Beira Interior*. Dissertação de mestrado, Universidade da Beira Interior, Ciências da Saúde, Covilhã, Portugal. Recuperado de www.fcsaude.ubi.pt/thesis2/anexo.php?id=bf4c5800f0a0f45a
- Greely, H.; Sahakian, B.; Harris, J.; Kessler, R. C.; Gazzaniga, M.; Campbell, P.; Farah, M. J. (2008). Towards responsible use of cognitive-enhancing drugs by the healthy. *Nature*, 456, 702-705. Recuperado de <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/19060880>
- Instituto de Ciência, Tecnologia e Qualidade Industrial (2014). Pesquisa - automedicação no Brasil. Recuperado de <http://www.ictq.com.br/pesquisa-do-ictq/353-indicacao-de-amigo-reforca-a-pratica-da-automedicacao>
- Itaborahy, C. (2009). *A Ritalina no Brasil: uma década de produção, divulgação e consumo*. Dissertação de mestrado, Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ.
- Lemos, F. C. S. (2014). A medicalização da educação e da resistência no presente: disciplina, biopolítica e segurança. *Psicologia Escolar e Educacional*, 18(3), 485-492. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572014000300485&lng=en&nrm=iso
- Machado, L. C.; Toma, M. A. (2016). Qual a verdadeira função do metilfenidato na memória de indivíduos saudáveis? *Revista UNILUS Ensino e Pesquisa*, 13(20), 126- 130. Recuperado de <http://revista.unilus.edu.br/index.php/ruep/article/view/706>
- Mota, J. S.; Pessanha, F. F. (2014). Prevalência do uso de metilfenidato por universitários de Campos dos Goytacazes, RJ. *Vértices*, 6(1), 77-86. Recuperado de <http://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/2939>
- Moisés, M. A. A.; Collares, C. A. L. (2013). Medicalização: o obscurantismo reinventado. In Collares, C. A. L.; Moisés, M. A. A.; Ribeiro, M. C. F. (Eds.), *Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos* (pp. 41-64). Campinas – SP: Mercado de Letras.
- Oliveira, E. C.; Harayama, R. M.; Viégas, L. S. (2016). Drogas e medicalização na escola: reflexões sobre um debate necessário. *Revista Teias*, 17(45), 99-118. Recuperado de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24598/17578>
- Tsuda, C. A.; Christoff, A. O. (2015). Avaliação do padrão de uso de estimulantes em uma faculdade de Curitiba – PR. *Caderno da escola de saúde*, 1(13), 116-132. Recuperado de <http://revistas.unibrasil.com.br/cadernossaude/index.php/saude/article/view/211>
- Urban, K. R.; Gao, W. (2014). Performance enhancement at the cost of potential brain plasticity: neural ramifications of nootropic drugs in the healthy developing brain. *Front Syst Neurosci*, 8(38), 1-10. Recuperado de <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4026746/>
- Urrego, M. A.; Orozco, L. A.; Montoya, L. B.; Soto, L. B.; Velasquez, D. V. C.; Castrillón, J. J. C.; Rocha, B. C. C.; Serna, J. C.; Sandoval, K. S. T.; Arango, C. (2008). Consumo de anfetaminas, para mejorar rendimiento académico, en estudiantes de la Universidad de Manizales. *Archivos de Medicina*, 9(1), 43-57. Recuperado de <http://revistasum.umanizales.edu.co/ojs/index.php/archivosmedicina/article/view/1304>
- Vrecko, S. (2013). Just How Cognitive Is “Cognitive Enhancement”? On the Significance of Emotions in University Students’ Experiences with Study Drugs. *AJOB Neuroscience*, 4(1), 4–12. Recuperado de <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3590646/>
- Zorzaneli, R. T.; Ortega, F.; Bezerra Junior, B. (2014). Um panorama sobre as variações em torno do conceito de medicalização entre 1950-2010. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(6), 1859-1868. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000601859&lng=pt&nrm=iso

O presente trabalho é fruto da tese de doutorado da primeira autora sob a orientação da segunda.

Recebido: 14 de fevereiro de 2019

Aprovado: 23 de maio de 2019